

O COC COMO POSSIBILIDADE DE DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA: A AÇÃO DOS BUROCRATAS DE NÍVEL DE RUA

Marcela Nunes de Sousa
Universidade Federal do Rio de Janeiro
marcelanunes260@gmail.com

Introdução

A pesquisa, um estudo de caso em andamento, analisa a ação dos professores como burocratas de nível de rua, na abertura de canais de participação da comunidade de responsáveis, referente às demandas pedagógicas estudantis, em um Conselho de Classe (CoC) de seis turmas da Pré-Escola II, de crianças de 4 a 6 anos de idade, da educação básica, em um Espaço de Desenvolvimento Infantil, da rede municipal no Rio de Janeiro, entre abril e junho de 2024. A hipótese baseia-se no CoC como um coletivo de gestão educacional que amplia a democracia escolar, pela participação da comunidade de responsáveis, ao buscar solucionar, no coletivo institucionalizado, demandas dos estudantes que tendem a prejudicar suas trajetórias educacionais.

A interlocução com Mouffe (2005) sobre democracia é trazido para a instituição escolar a partir dos processos que intentam ampliar sua escala nessa organização social. A autora colabora à análise, possibilitando conceituar o CoC como um coletivo, cuja democratização escolar opera pela abertura de canais de participação articulando outros coletivos, cujas ações da direção, dos docentes e dos responsáveis pautam-se pelo poder decisório, na busca por um consenso ativo à orientação do trabalho pedagógico.

A fim de analisar teoricamente e analiticamente a ação dos docentes, apropriamo-nos do conceito de burocratas de Lotta e Fernandez (2024). Para as autoras, burocratas de nível de rua são os profissionais na linha de frente do serviço público em interação com usuários à entrega de uma política. Os docentes atuam na escola, instituição representativa do Estado, interagindo cotidianamente com os usuários dos serviços à entrega de uma políticas pública educacional. Em relação à direção escolar, presente no CoC, estes são considerados burocratas de médio escalão, definidos como o elo articulador entre os burocratas de alto escalão e os de nível de rua, implementadores de políticas públicas. Assim, diferentemente dos professores, a função do burocrata de médio escalão é a de ligar as fases da construção de políticas públicas à sua implementação. Entretanto, na atuação do burocrata de médio escalão o entendimento que precisa ser

considerado em sua atuação são as relações estabelecidas com os superiores e com os subordinados, ou com outros agentes envolvidos na política como no caso, os usuários da política escolar (CAVALCANTE *et al*, 2018). Consoante Oliveira e Abrucio (*apud* CAVALCANTE *et al*, 2018), os diretores de escola compõem a burocracia de médio escalão por promoverem “o diálogo entre as necessidades do público que atende com as prioridades estabelecidas pelo alto escalão” (p.212).

Embora o protagonismo da ação docente com os responsáveis se evidenciasse no CoC, observou-se a relação dos burocratas de médio escalão na interação da direção ao coletivo de responsáveis com o interesse em (re)pensar, junto aos docentes, a política educacional. Na categoria analítica dos burocratas, o conceito de discricionariedade configura-se como chave de leitura para o estudo, pois é significado como ação pertencente aos sujeitos que compõem este coletivo capaz de, “por dentro”, ampliar a democracia escolar, a partir de decisões relativas às suas funções, ou mesmo inerente à vivência em seus contextos.

Metodologia

Estudo de caso resultante da pesquisa de campo, cuja observação, coleta de dados e interpretação foi realizada a partir dos dados obtidos no CoC, articulando-os às teorias da democracia de Mouffe (2005) e Tilly (2013); com os conceitos de burocracia e discricionariedade de Lotta e Fernandez (2024) e Gonçalves *et al* (2024); e de colegialidade e participação na escola de Castro (2023).

Resultados e discussões

Das seis turmas do CoC, estavam presentes representantes/responsáveis por cinco turmas. Tal representatividade, mantém relação com o que Tilly (2013) defende como elemento à democratização de Estado pode ser (re)interpretado no contexto escolar. A partir de quatro elementos Tilly (2013) tensiona a relação Estado e sociedade à democratização como processo na sociedade: 1) consulta ampla, que incide na possibilidade de manifestação das diversas demandas; 2) caráter protetivo, que se relaciona ao quanto equitativamente diferentes grupos experienciam a tradução de suas demandas em ação no Estado; 3) o elemento igualitário, que diz respeito à extensão da proteção política do Estado, quanto à diversidade de demandas provinda de grupos, por

vezes, distintos; e 4) o caráter vinculante de uma política, cuja relação mantém-se na articulação dessa com os cidadãos.

A articulação do coletivo do COC ao de responsáveis potencializa a democracia na instituição representativa do Estado, a partir da participação da comunidade que entende que suas ações assumem relevo à política educacional (DE CASTRO, 2023). Na abertura de canais de participação à articulação família-escola foram percebidos *feedbacks* dos responsáveis, necessários aos burocratas de nível de rua na relação das práticas docentes.

O coletivo de responsáveis demonstrou liberdade de fala, apontando o que os estudantes traziam para seus lugares de moradia. Consequentemente, os “pedacinhos da escola” ofertados pelos estudantes aos responsáveis contribuíram para que, no CoC, fossem analisadas práticas pedagógicas na escola. Nesse cenário, percebe-se o caráter vinculante da política educacional às demandas dos responsáveis, traduzida pelo binômio fala-escuta, cujo efeito é o de pertencimento à instituição por oferecer confiança, protetividade, à manifestação do coletivo.

A horizontalidade do diálogo pareceu caracterizar o CoC pois, se de um lado o coletivo de responsáveis sentiu-se livre ao falar - inclusive de descontentamentos - , por outro, os docentes abriram uma janela de oportunidades para indagar sobre o acesso cultural das famílias a fim de construirem propostas pedagógicas que possibilitem alguma mobilidade social, mesmo num país, cujas “[...] críticas sobre as recorrentes desigualdades e dificuldades de mobilidade social [...]” (GONÇALVES *et al*, 2024, p. 8) vêm sendo assumida a partir da “[...] aceitação tácita das premissas meritocráticas [...]” (GONÇALVES; *et al*, 2024, p. 8), cujo mecanismo concentra e transmite a relação dinástica dos privilégios de geração para geração, na afirmação de uma nova aristocracia (MARKOVITS, 2021 *apud* GONÇALVES *et al*, 2024) destruindo, como afirmado por Sandel (2022 *apud* GONÇALVES *et al*, 2024), o senso de comunidade.

Conclusão

É possível aferir que, o consenso ativo nesse CoC definiu as prioridades da gestão do ensino com o coletivo de responsáveis à uma aprendizagem mais qualificada a partir da discricionariedade da ação docente articulada aos responsáveis. Importante ressaltar que, nos contextos locais, como nas escolas, o nexo políticas-cidadãos tende a potencializar os processos participativos no sentido da ampliação da sua democratização

escolar. Nesse sentido, ainda que os docentes, como burocratas de nível de rua, articulados ao coletivo de responsáveis não sejam os responsáveis únicos pelo êxito escolar, esta ação dos que estão na linha de frente, tende a potencializar as trajetórias estudantis para configurarem-se de caráter menos compulsório e mais independente, na perspectiva de construção da democracia na escola.

Referências

- CAVALCANTE, P. L. C.; LOTTA, Gabriela. Spanghero; YAMADA, Mayumi Kasai Yamada. O desempenho dos burocratas de médio escalão: determinantes do relacionamento e das suas atividades. **Cadernos Ebape**, 16 (1), 14-34. 2018.
- DE CASTRO, Marcela Moraes. Democratização da escola pública: uma crítica à síntese brasileira. **Interfaces da Educação**, v. 13, n. 39, 2023.
- GONÇALVES, Danyelle Nilin; LIMA FILHO, Irapuan Peixoto; SANTOS, Harlon Romariz Rabelo. Escola pública e discurso meritocrático: propostas da reforma do ensino médio e expectativas dos estudantes. **Educação e Pesquisa**, v. 50, p. e273348, 2024.
- LOTTA, Gabriela. Spanghero; FERNANDEZ; Michelle. **Entendendo a linha de frente em contexto de crise:** debates teóricos. In: LOTT, Gabriela; Spanghero; FERNANDEZ; Michelle; MAGRI, Giordano; PIMENTA, Denise Nacif. A linha de frente em tempos de crise a atuação dos burocratas de nível de rua na pandemia da covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2024, p.13-21.
- MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de sociologia e política**, p. 11-23, 2005.
- OLIVEIRA;Vanessa Elias de; ABRUCIO, Fernando Luiz. **Burocracia de médio escalão e diretores de escola: um novo olhar sobre o conceito.** 2018. In: LOTT, Gabriela Spanghero; PIRES, Roberto Rocha Coelho; OLIVEIRA, Vanessa Elias. (Orgs.). Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. p. 207-225.
- TILLY, Charles. **Democracia.** Petrópolis: Editora Vozes, 2013.